

FANTASIA E SUBVERSÃO NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DO REAL

Dulciene Anjos de Andrade e Silva¹

A produção literária destinada à criança e ao adolescente, desde seu alvorecer enquanto gênero específico, no século VII, esteve vinculada a uma função modelar: valendo-se das estruturas literárias e estratégias editoriais para seduzir o pequeno leitor, revelou-se submissa ao propósito de ensinar comportamentos, valores e conhecimentos que os adultos acreditavam essenciais para a criança.

Com o fortalecimento do novo modelo de família baseado em um núcleo menor, decorrência das mudanças ocorridas no final da Idade Média, que culminaram na transformação da sociedade e corroboraram para a consolidação de uma nova classe social, a burguesia urbana, dá-se início, no ocidente, à construção do conceito social de infância, superando-se a concepção de criança como “miniatura do adulto”: a criança passa a ser reconhecida em sua especificidade e considerada como ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias (ZILBERMAN, 2003).

Graças à inauguração da imprensa, surge, nesse contexto em que a escola se reestrutura para atender à educação dos infantes, o primeiro livro didático ilustrado para crianças, o “Orbis Pictus”, e também os primeiros textos literários para a infância. Tratam-se de versões escritas dos contos de fadas que, adaptadas do registro oral para o escrito, passaram por tratamento literário e sofreram modificações para atender ao público infantil. Como explica Cademartori (2010), no processo de adaptação da oralidade para a escrita, tais contos foram remodelados de acordo com os interesses pedagógicos burgueses, alicerçados tanto no jansenismo (doutrina religiosa inspirada em Cornelius Jansen), com seu ideal de educação normativo e austero, como nos critérios de arte moral e de cristianização, difundidos pela Contra-Reforma. Assim, eram caracterizados por um forte apelo pedagógico à medida que buscavam conduzir as crianças aos modelos de comportamento regidos pelos códigos sociais em vigor, convertendo-se em instrumento essencialmente adequados à sua formação.

Considerado “pai da literatura infanto-juvenil” pelo pioneirismo de adaptar narrativas populares a esse público, Charles Perrault, em “Histórias ou contos do tempo passado”, evidencia claramente a intenção de refletir, em seus contos, os ideais burgueses - a classe social à qual endereçou sua obra. Para torná-los apropriados para a plateia a que se destinavam, eliminou todo conteúdo considerado “vulgar”, suprimindo as “maldades explícitas” e passagens eróticas. Em contrapartida, agregou valores morais e cristãos às narrativas, como ilustram os versos com prescrições comportamentais acrescidos ao final de cada conto.

Nos primórdios do estabelecimento da literatura infanto-juvenil, pois, já se delineavam os fios que entrelaçam literatura infantil e “pedagogismo”. Coube a Lewis Carroll, com *Alice no País das Maravilhas*, a proeza de romper com o paradigma pedagogizante nas produções para a infância e inaugurar um novo propósito para a escrita para as crianças, caracterizado pela valorização da dimensão estética e artística dessas obras. Explorando ao máximo a linguagem em uma perspectiva lúdica e poética, Carroll convida o leitor a trilhar uma aventura fantástica, iniciando-o no jogo sonoro com as rimas, o ritmo e as aliterações; nos jogos com os sentidos, em que as palavras afastam-se do uso convencional que fazemos delas; ou, ainda, no jogo com o modelo de mundo, subvertendo a lógica e a ordem habitual em favor do *nonsense*, do absurdo...

¹ Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, Bahia. E-mail: ddulciene@yahoo.com.br.

Literatura infanto-juvenil no Brasil: dimensão utilitária versus dimensão estética

Se o século XIX, na Europa, inaugura o paradigma estético da literatura infanto-juvenil, no Brasil, essa tendência só começaria a ecoar um século depois: as obras de cunho infantil começaram a aparecer timidamente após a implantação da Imprensa Régia, em 1808, e de forma mais sistemática após o advento da Proclamação da República (LAJOLO; ZILBERMAN, 1988). Entretanto, tais publicações consistiam sobretudo em traduções e/ou adaptações dos clássicos que faziam sucessos no continente Europeu, como exemplificam os compêndios de Carlos Jansen e Figueiredo Pimentel - esse último, inclusive, elucidando, no subtítulo da obra *Contos da Carochinha*, a vertente instrumental que caracterizava, na época, as produções para a infância: *Contos populares morais e proveitosos de vários países*.

O final do século XIX também testemunhou a publicação dos primeiros livros para crianças escritos por brasileiros - embora essa produção, graças à influência exercida pelo projeto político nacionalista da época (que buscava estimular nos cidadãos brasileiros um forte sentimento de amor à pátria), permanecesse, ainda, fortemente vinculada aos propósitos da tradição literária utilitária. Ao lado de Coelho Neto, Olavo Billac destaca-se, nesse período, como ícone da literatura infantil, com seus poemas acentuadamente marcados por um teor moral e cívico, ou pela exaltação de valores e deveres familiares, evidenciando uma subserviência do literário a finalidades outras que não a estética. Como afirma o próprio poeta no prefácio de *Poesias Infantis*, “O que o autor deseja é que se reconheça, neste pequeno volume, não o trabalho de um artista, mas a boa vontade com que um brasileiro quis contribuir para a educação moral das crianças de seu país”.

Se, com o romance *Saudade*, Thales de Andrade trouxe para si a alcunha de fundador do gênero infanto-juvenil no Brasil, coube à obra *A Menina do Narizinho Arrebitado*, publicada por Monteiro Lobato (e relançada posteriormente em versão ampliada como *Reinações de Narizinho*), o mérito de elevar a uma oitava acima a literatura infantil brasileira, inaugurando a tendência genuinamente estética nas produções para as crianças, como outrora procedera Carroll com sua *Alice*.

Assim, enquanto as obras nacionais para a criança deixavam flagrantemente um discurso monológico de caráter persuasivo, uma vez que estavam comprometidas, em primeiro plano, com preocupações pedagógicas, morais e cívicas, Lobato instituiu uma literatura que, explorando com lirismo as situações habituais do cotidiano da criança, cada vez mais mostrava-se voltada para o livre trânsito entre os domínios da fantasia e realidade, estimulando o pequeno leitor a vivenciar ao máximo o ludismo na linguagem. Sua linguagem, coloquial e carregada com esse componente lúdico, pois, é um convite à fruição.

Ainda que tenha se mostrado preocupado com as questões formativas, quando em algumas de suas ficções a informação se somava à fantasia, Lobato não reduziu sua narrativa à estratégia unidirecional do “ensinamento útil”; ao contrário, buscou elevar à máxima potência o conceito de “saber com sabor” cunhado por Barthes, acreditando ser o fundamento ludo-estético inerente à arte literária a grande mola propulsora para o desenvolvimento do espírito crítico do leitor (SILVA, 2009).

Subvertendo, em sua obra, o ideal de criança como ser obediente, bondoso e submisso ao adulto, seus personagens infantis são crianças de fato; “meninos, meninas e bonecos dotados de vontades e de ideias próprias, às vezes obedientes, outras vezes rebeldes, inquiridores, curiosos (“reinadores”, diria Lobato), dotados de grande imaginação” (*Idem*, p. 104).

Na década de setenta, embora ainda fossem produzidas obras para crianças cujo propósito evidenciava uma forte vinculação com o paradigma utilitarista, assistimos ao fortalecimento do movimento de valorização da dimensão estética iniciado com Lobato com a multiplicação de

publicações que ampliavam as fendas desbravadas pelo mestre de Taubaté, quer buscando um livre trânsito entre os domínios da fantasia e realidade e estimulando o pequeno leitor a vivenciar ao máximo o ludismo na linguagem, quer explorando com lirismo as situações habituais do cotidiano da criança contemporânea.

Em nossos dias, porém, o forte apelo da instituição escolar aos “paradidáticos” tem demonstrado que a instrumentalização da literatura infanto-juvenil, longe de ser considerada uma etapa superada na produção nacional, tem atingido índices vertiginosos. Narrativa ficcional adotada pelas escolas com o objetivo de contribuir com a formação e o gosto pela leitura e, paralelamente, estimular na criança e/ou no adolescente condutas sociais e valores idealmente consagrados para uma “sociedade democrática”, os paradidáticos, ao apelarem para o discurso monológico e persuasivo, opõem-se radicalmente da essência do fenômeno literário.

Se, como assinala Góes (1984, p. 15) a partir da definição de Ezra Pound, compreendemos literatura infantil como “linguagem carregada de significados até o máximo grau possível [que], dirigida ou não às crianças, [responde] às exigências que lhe são próprias”, o que atribui a tal literatura o estatuto de arte é exatamente a possibilidade de permitir ao leitor uma ampla possibilidade de atribuição de sentidos àquilo que lê, permitindo-o vivenciar “uma aventura com a linguagem e seus efeitos, em lugar de deixá-la cerceada pelas interações do autor” (CADEMARTORI, 2010, p. 17).

Evidentemente, graças ao teor pseudoliterário que tem caracterizado as obras apresentadas à criança sob mediação da instituição escolar, utilizadas como instrumento de intenções diversas - inclusive, como assinalam Cademartori (2010) e Brenman (2013), o que se passou a chamar de “politicamente correto”, tais produções furtam o leitor do prazer, da gratuidade, da liberdade de construir sentidos a partir de diferentes níveis da leitura, privando-os de explorar a abertura polifônica e multidirecional peculiar às efabulações artísticas. E, exatamente por afastá-los dessa possibilidade de transgressão tão peculiar à arte literária, tais obras mais afastam do que aproximam os leitores da função educativa da literatura - e inclusive do gosto e do hábito de ler...

Tecendo os fios: a autêntica função educativa da literatura-arte

Para Antônio Cândido (2002, p. 83), “[...] a função educativa da literatura é muito mais complexa do que pressupõe um ponto de vista estritamente pedagógico”.

Ao refletir sobre a influência formativa da literatura, o autor esclarece que, tal como a vida, a literatura nos ensina à proporção em que reverbera em nós com toda a sua multiplicidade. Destacando que “as criações ficcionais e poéticas podem atuar de modo subconsciente e inconsciente, operando uma espécie de inculcamento que não percebemos (p. 82)”, de modo que sua contribuição formativa transcende qualquer perspectiva instrumental e utilitarista, Cândido compreende que “é artificial querer que ela funcione como os manuais de virtude e boa conduta” (p. 83), assim como rege, ainda em nossos dias, a tradição pedagógica oficial, adepta aos paradidáticos. Para o renomado professor, “longe de ser um apêndice da instrução moral e cívica [...], [a literatura] age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela - com altos e baixos, luzes e sombras (p. 83).

É infértil, pois, reduzir a função educativa da literatura infanto-juvenil aos ensinamentos diretos que refletem o autoritarismo de quem o produziu com a finalidade de conduzir o leitor a uma interpretação unidirecional e imediatista. De fato, é indiscutível que a literatura educa e que abre as fendas para que se possa, através dela, edificar o real: mas o faz em um percurso contrário ao didatismo e instrumentalização do texto literário. Sosa (1978) nos ensina que mais do que o conteúdo moral explícito contido em textos direcionados à infância, o que é

significativo para a criança é o que está embutido na trama; são, pois, os acontecimentos dramáticos da narrativa que dialogam com o mundo íntimo da criança, a ela proporcionando vivências internas, que lhes serão significativas, ampliando suas experiências e, assim, expandindo seu conhecimento.

Antoine Compagnon (2009), ao buscar fundamentos históricos, críticos e políticos para esboçar suas reflexões acerca da utilidade e pertinência da literatura, também destaca essa dupla função da literatura-arte, qual seja, deleitar e instruir simultaneamente. Para ele, entretanto, “a literatura pode divertir, mas como um jogo perigoso, não [é]um lazer anódino” (p. 42) - principalmente se focalizarmos o seu poder de conferir autonomia ao leitor, emancipando-o dos posicionamentos autoritários... e neutralizando a manipulação que por ventura lhe imponha a sociedade...

Desse modo, subvertendo o real e promovendo, através do fantástico e do imaginativo, um espaço de suspensão com relação a experiência imediata e concreta do indivíduo, a literatura-arte possibilita a criação de um vasto campo de significados, instaurando uma realidade fictícia que, paradoxalmente, se faz profundamente necessária ao desvelamento e ressignificação do mundo real. Se, por um lado, essa suspensão da realidade acaba por possibilitar uma percepção crítica do que o leitor acreditava ser o real, por outro, abre caminhos para novas perspectivas e possibilidades de vida, uma vez que desloca o indivíduo do lugar comum para a experimentação de situações imaginativas jamais vivenciadas, auxiliando na superação de modelos de mundo convencionalmente instituídos e consolidados na criação de novos modos e padrões de vida no plano real. Esses jogos com modelos diferenciados de mundo, evidentemente, acabam por ampliar consideravelmente as possibilidades do leitor com relação ao mundo.

Assim, a literatura infanto-juvenil cria a oportunidade para que se organize na experiência do leitor a percepção de que, para além da fantasia, da possibilidade de reconstrução de sentidos, de proporcionar uma melhor compreensão do mundo e de si, a leitura é uma experiência que está intimamente ligada a seu ser. Diz Ítalo Calvino (1990, p. 11): “[...] há coisas que somente a literatura [enquanto arte] com seus meios específicos pode nos dar”...

Referências

BRENNAN, I. **A Condenação de Emília: o Politicamento Correto na Literatura Infantil**. Belo Horizonte: Aletria, 2012.

CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CALVINO, I. **Seis Propostas para o Próximo Milênio: Lições Americanas**. Trad.: Ivo Cardoso. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CÂNDIDO, A. **Textos de Intervenção**. Seleção, apresentação e notas de Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades; Ed 34, 2002.

COMPAGNON, A. **Literatura para quê?** Trad.: Laura Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

GÓES, L P. **Introdução à Literatura infantil e Juvenil**. São Paulo: Pioneira, 1984.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura Infantil Brasileira: História & Histórias**. São Paulo: Ática, 1988.

SILVA, V. M. T. **Literatura Infantil Brasileira**. Um guia para professores e promotores de leitura. 2. ed. rev. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

SOSA, J. **A Literatura Infantil**. Trad.: James Amado. São Paulo: Cultrix: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

ZILBERMAN, R. **A Literatura Infantil na Escola**. 11. ed. São Paulo: Global, 2003.